

## **PODER DE POLÍCIA: ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO IPHAN NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA E A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA**

Anderson Conceição Ferreira<sup>1</sup>; Pedro Henrique Amorim Fernandes<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Especialista em Política e Gestão Cultural (UFRB), Museólogo (UFRB), Bacharelado em Direito (UNIMAM), ferreira28andersonzgmail.com; <sup>2</sup>Pós-graduado em Licitações, Convênios e Contratos Administrativos (UNIMAM), Mestrando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (UNIMAM), arq.jus@gmail.com.

O processo histórico de tombamento do conjunto arquitetônico da cidade de Cachoeira-BA desencadeou um fenômeno social no que diz respeito à mitigação do direito de propriedade, por meio da máxima da supremacia do interesse público, com a finalidade de evitar a descaracterização dos monumentos. Sendo assim, o município foi extremamente impactado com este modelo de resignificação, uma vez que o município foi inscrito no livro de tomo do IPHAN (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural), em 1971, o que implicaria na tutela do Estado reverberando sobre os processos de reconhecimento, supervisão e monitoramento dos bens edificados. Com efeito, o tombamento é uma modalidade de intervenção do Estado na propriedade privada. Logo, considerando que o IPHAN é uma autarquia federal responsável para tais limitações, de que forma a sua atuação no exercício do poder de polícia, na cidade de Cachoeira, pode suscitar pontos de tensões entre a comunidade e o Estado? Este estudo tem como objetivo geral explicitar os possíveis pontos de tensões entre o IPHAN e a comunidade, no que tange ao exercício do poder de polícia e a intervenção do Estado na propriedade privada por meio do tombamento das edificações no município de Cachoeira-Ba. Como objetivos específicos: apontar a delimitação estatal para o exercício da sua prerrogativa administrativa na preservação do patrimônio edificado; identificar questões singulares quanto ao efeito do tombamento para comunidade local; contribuir na formulação de políticas de preservação do patrimônio pautada na função social do Estado no direito de propriedade. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, descritiva de abordagem qualitativa e quantitativa, catalogando propriedades no município de Cachoeira, Recôncavo da Bahia. Participarão da pesquisa particulares proprietários que foram alvos de notificações por parte do IPHAN e instituições detentoras de edificações tombadas. Para efeito da coleta de dados, a pesquisa utilizará roteiro semiestruturado para caracterização das propriedades selecionadas. Como resultado esperado será sugerido mecanismos que garantam eficácia da intervenção do Estado na propriedade privada por meio do IPHAN no município de Cachoeira-BA.

**Palavras-chave:** Poder de Polícia. Preservação Patrimônio. Intervenção do Estado na Propriedade.